

**ELEMENTOS DE ANÁLISE
SÓCIO-ORGANIZACIONAL DAS
ASSOCIAÇÕES LOCAIS**

A partir de um inquérito - piloto realizado no
concelho de Braga

LICÍNIO C. LIMA
AMÉLIA VITÓRIA SANCHO

ELEMENTOS DE ANÁLISE SÓCIO-ORGANIZACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS

A partir de um inquérito - piloto realizado no
concelho de Braga

LICÍNIO C. LIMA
AMÉLIA VITÓRIA SANCHO
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

*Os autores retomam neste texto o estudo de algumas dimensões do associativismo, elegendo como ponto de partida exploratório a informação recolhida através de um questionário dirigido a associações do concelho de Braga, a que já recorreram para a organização de um artigo anterior, publicado na **Forum** n.º 3 (1988), pp. 50-60, com o título de «Formação de Dirigentes e Animadores Associativos. Dados preliminares de um inquérito realizado no concelho de Braga».*

Procura-se agora centrar a discussão em termos de organização, composição social e formas de participação nas associações, para a qual os dados aqui apresentados, embora sem pretensões generalizantes, podem contribuir, apontando itinerários de investigação e sugerindo a formulação de novas questões.

Introdução

Em Portugal, a importância do associativismo nas suas dimensões histórica, sociocultural, participativa, educativa, etc., não tem tido suficiente reflexo em termos de estudo.

É certo que o longo percurso do(s) movimento(s) associativo(s) tem sido marcado pela diversidade dos contextos sociopolíticos, em certas fases pouco potenciadores, ou mesmo inibidores, do seu

desenvolvimento e até do seu estudo¹. Em todo o caso, sobretudo depois de 1974, a criação de novas associações, a diversificação das suas actividades, a emergência de novas formas e estilos de intervenção social, e até o seu elevado número, mereceriam maior atenção².

Dir-se-ia, por outro lado, que a grande diversidade que caracteriza o associativismo e as formas de organização associativa tem, eventualmente, dificultado o seu estudo. Recorde-se que sob a designação genérica de *associativismo* surgem tipos de associações muito diversos — associações culturais e recreativas, associações desportivas, associações de tipo mutualista, associações sindicais, associações de actividade económica, associações profissionais, associações de pais, associações de estudantes, etc., etc.

Norbeck, no seu estudo sobre as «associações populares para o desenvolvimento»³, distingue quatro categorias — sindicatos, cooperativas, associações e grupos informais. Dedicando maior atenção à terceira categoria (associações) e realçando a sua heterogeneidade, acaba por apontar seis tipos que pode incluir: colectividades de cultura e recreio, associações de educação popular, organizações populares de base, grupos culturais, bombeiros voluntários e mistas (grupos de pais, associações de saúde comunitária, etc.).

A situação actual da investigação neste domínio não nos parece permitir, para já, a desejável identificação dos elementos essenciais que caracterizam esta diversidade de associações, não por processos cumulativos ou de síntese de características exibidas e partilhadas maioritariamente, mas por construção de uma espécie de «tipo ideal», em função do qual se poderia apreciar (comparar) cada caso particular. Parece preferível, pois, investir em estudos mais aprofundados, desde logo em termos de descrição, de associações passíveis de integração no quadro de um mesmo tipo ou de uma mesma categoria.

Esta orientação, acrescida do reconhecimento de um certo potencial socioeducativo, tem-nos dirigido ao estudo das associações de tipo cultural e recreativo⁴.

Mas mesmo neste quadro, a orientação predominante tem privilegiado os estudos de levantamento do número de associações e respectiva localização geográfica, do tipo de actividades que promovem, dos recursos humanos e materiais de que dispõem, das dificuldades com que deparam e, mais recentemente, das necessidades de formação dos seus dirigentes e animadores⁵. Parte-se do pressuposto de que um estudo de descrição e caracterização daqueles e de outros elementos permitirá obter informação relevante para o planeamento e o desenvolvimento de projectos de

intervenção socioeducativa a partir do potencial das associações. Em boa parte, tal pressuposto continua a carecer de demonstração e confirmação, embora preencha alguns dos requisitos formais que frequentemente são exigidos para o desenvolvimento de programas de acção.

O que muito seguramente se tem desprezado são os aspectos organizativos, vivenciais, participativos, a própria compreensão dos processos associativos centrados nos participantes e nas suas visões do associativismo, que uma perspectiva de análise sociológica e organizacional permitirá aprofundar e esclarecer⁶.

Este texto pretende constituir-se como contributo para a realização deste tipo de estudos, embora, talvez paradoxalmente, ele releve igualmente de um esforço de levantamento, mas que na circunstância incluía a obtenção de informações sobre a organização, a composição social e a participação nas associações.

O interesse da informação recolhida levou-nos a reflectir sobre a vantagem de eleger tais informações em objecto específico e individualizado de estudo, em vez do carácter de simples «variáveis de contexto» ou de caracterização que geralmente lhes é atribuído.

Baseados em dados recolhidos através de um inquérito realizado por entrevista estruturada junto de dirigentes associativos de associações do concelho de Braga⁷, apontaremos alguns temas de estudo relevantes, sugeriremos algumas perguntas para investigação e alguns caminhos metodológicos.

Alguns dos Dados Obtidos

Com base numa amostra constituída por 69 associações localizadas em 31 das freguesias do concelho de Braga, passamos a apresentar alguns dos dados que nos suscitaram interrogações (por vezes mais interrogações que respostas) e que nos parecem exigir outros tipos de investigação e a actualização de esforços metodológicos mais adequados do que o próprio questionário de que relevam.

(i) Organização formal

Estas associações, embora se caracterizem geralmente pela sua flexibilidade, pequena dimensão, informalidade e adopção de modelos não burocráticos, apresentam uma organização formal muito tipificada, cremos que, pelo menos parcialmente, por exigência dos requisitos formais impostos para a sua legalização. E assim encontramos uma organização formal comum a quase todas as

associações inquiridas, de que se destaca a existência de uma direcção, de uma assembleia geral e de um conselho fiscal. Embora tenha sido referida a existência de outros órgãos (secções, comissões, conselhos consultivos, etc.), tal referência é pouco significativa em termos numéricos e parece assumir quase sempre carácter marginal.

De forma congruente com o quadro organizativo adoptado, a periodicidade das reuniões dos diferentes órgãos evidencia o facto de a assembleia geral e o conselho fiscal só muito raramente reunirem (Quadro I), devendo talvez perguntar-se se em associações de pequena dimensão, onde a participação é geralmente assumida como objectivo a promover, não seriam possíveis formas e processos mais participativos ou até de democracia directa, nos quais a assembleia geral, por exemplo, poderia ser chamada muito mais frequentemente a deliberar. Haverá igualmente que considerar a hipótese de trabalho relativa ao eventual desenvolvimento de estruturas hierárquicas mais acentuadas e de fenómenos de concentração de poderes em certas elites associativas, que assim não estariam interessadas em «abrir mão» das suas margens de intervenção e de autonomia.

Estas e outras questões exigem estudo adequado, a que os dados agora obtidos, só por si, não poderão conduzir.

QUADRO I
Respostas obtidas quanto à periodicidade das reuniões

	Anual	Semest.	Trimest.	Mensal	Quinz.	Sem.	N.º Resp.
Direcção	1	—	3	14	12	31	61
Assembleia Geral	17	7	5	6	1	4	40
Conselho Fiscal	15	5	9	8	—	8	45

(ii) *O Presidente da Direcção*

Na maioria dos casos estudados, o presidente da direcção é um indivíduo do sexo masculino (Quadro II) que não ultrapassa os 45 anos de idade (Quadro III). A média de idades apurada para o presidente foi de 40 anos, tendo o mais novo 19 anos e o mais velho 72 anos. Com menos que 26 anos foram levantados 10 presidentes (14,5%) e com menos de 36 anos foram registados 25 (36,0%).

Cerca de 68% dos presidentes são casados.

Destaca-se, a este nível, a participação social dos jovens e a não participação das mulheres.

QUADRO II
Distribuição por sexos dos presidentes de direcção

	N.º	%
Sexo Masc.	60	87,0
Sexo Fem.	4	5,8
Não Responde	5	7,2
Total	69	100

QUADRO III
Grupos etários em que se integram os presidentes de direcção

Grupo Etário	Nº	%
- 25	10	14,5
26 - 35	15	21,7
36 - 45	16	23,2
46 - 55	12	17,4
56 - 65	6	8,7
- 65	4	5,8
Não responde	6	8,7
Total	69	100

Quanto à posição social dos presidentes de direcção, os dois únicos indicadores disponíveis — habilitação literária (Quadro IV) e profissão (Quadro V) — permitem afirmar que aqueles cuja habilitação não ultrapassa a 4.ª classe constituem o maior grupo (24,6%), embora 14,5% se integrem no grupo dos que completaram o curso unificado, e 14,5% se integrem no grupo dos que possuem o curso complementar. Destaque, ainda, para aqueles que possuem curso superior (17,4%).

Quanto às profissões, o grupo mais numeroso é aquele que integra operários, trabalhadores rurais, empregados de escritório, motoristas, etc. (Grupo II) e no qual se integram 47,8% dos presidentes.

Em geral, o cargo de presidente de direcção, embora maioritariamente ocupado por indivíduos de baixo/médio nível de instrução e de profissões de baixo *status*, concentra elevadas percentagens de indivíduos de posição social elevada. Atente-se, por exemplo, na percentagem de presidentes com curso superior (17,4%) e na percentagem daqueles que se integram no grupo I de profissões (42,0%), percentagens muito significativas se comparadas com aquelas que caracterizam os níveis de instrução da população portuguesa e a estrutura ocupacional na sociedade portuguesa.

Daqui se pode concluir que o cargo de presidente de direcção é relativamente selectivo, atrai estratos sociais de *status* alto e é, eventualmente, factor de promoção social e de notabilidade local.

Seria importante saber se o fenómeno de sobre-representação das posições sociais elevadas se distribui regularmente pelos diversos tipos de associações e pelos diferentes contextos geográficos e sociais, mas as características e a reduzida dimensão da amostra não permitem uma resposta satisfatória.

QUADRO IV
Habilitações literárias dos presidentes de direcção

HABILITAÇÃO	Nº	%
4.ª Classe	17	24,6
Ciclo Preparatório	4	5,8
Curso Unificado	10	14,5
Curso Complementar	10	14,5
Curso Médio	4	5,8
Curso Superior	12	17,4
Não Responde	12	17,4
TOTAL	69	100

QUADRO V
Profissões agrupadas dos presidentes de direcção

Profissões Agrupadas	Nº	%
<i>GRUPO I</i> - Industriais, Comerciantes, Professores, Técnicos Superiores, etc.	29	42,0
<i>GRUPO II</i> - Operários, Trabalhadores Rurais, Empregados de Escritório, Motoristas, etc.	33	47,8
Não Responde	7	10,1
TOTAL	69	99,9

(iii) *Os Outros Membros das Direcções*

Os elencos directivos são geralmente compostos por um número de membros que não ultrapassa os seis — foi o caso em 75% das associações estudadas — sendo mesmo de 3 elementos, ou menos, em 36% dos casos.

De entre as 69 associações consideradas, 21 (30,4%) integram, pelo menos, um elemento do sexo feminino, embora só num caso as mulheres sejam maioritárias, e em 14 (20,3%) de entre as 21 associações que integram elementos femininos, essa participação está limitada a somente um elemento.

Em geral, pode afirmar-se que os homens ocupam cerca de 90% dos cargos directivos contra 10% dos cargos ocupados por mulheres.

Quanto às idades (Quadro VI) o grupo etário mais representado, em termos médios, é o dos 31 aos 40 anos (33,3%), logo seguido do grupo dos 21 aos 30 anos (23,2%), de forma que mais de 50% das direcções das associações estudadas têm médias de idade inferiores a 41 anos.

Não foram recolhidas informações quanto às habilitações e profissões.

QUADRO VI

Grupos etários em que se integram as médias de idade das direcções

Grupos Etários	Nº Direcções	% Direcções
- 20	2	2,9
21 - 30	16	23,2
31 - 40	23	33,3
41 - 50	10	14,5
51 - 60	5	7,2
- 60	2	2,9
Não Responde	11	15,9
TOTAL	69	99,9

(iv) *Elementos de Participação*

Cerca de 48 (70%) das direcções foram eleitas (Quadro VII), mas somente em 33 associações (47,8%) houve lugar à apresentação de listas (Quadro VIII). De entre estas, somente em 7 associações (21,2%) foi apresentada mais do que uma lista concorrente, o que em relação ao número total de associações estudadas representa 10,1%.

De entre o total de 40 listas apresentadas, 22 (55,0%) apresentaram um programa escrito.

A participação dos associados na eleição dos corpos sociais só muito raramente ultrapassa os 20%.

QUADRO VII

Processos utilizados para a designação das direcções

Designação	Nº	%
Eleição	48	69,6
Nomeação	5	7,2
Autopropostas	4	5,8
Não responde	12	17,4
TOTAL	69	100

QUADRO VIII

Apresentação de listas

LISTAS	DIRECÇÕES	
	Nº	%
Sim	33	47,8
Não	23	33,3
Não Responde	13	18,8
TOTAL	69	99,9

No que concerne ao número de sócios, ou associados, registre-se que o maior número de associações é aquele em que os associados não ultrapassam os 250 (em 13 associações não ultrapassam os 50), logo seguido do grupo 251-500 associados (Quadro IX).

As quotas, de pagamento muito irregular e de cobrança difícil, distribuem-se entre os quantitativos que vão desde 5\$00 a 600\$00 mensais, e na maioria dos casos não ultrapassam os 50\$00 mensais.

QUADRO IX
Número de Associados

Nº ASSOCIADOS	ASSOCIAÇÕES	
	Nº	%
- 250	30	43,5
251 - 500	14	20,3
501 - 750	1	1,4
751 - 1000	2	2,9
1001 - 1250	4	5,8
1251 - 1500	2	2,9
- 1500	2	2,9
Não responde	14	20,3
TOTAL	69	100

86

Algumas Perguntas para Investigação

Creemos que o interesse dos dados apresentados fica evidenciado, não tanto pelas respostas que oferecem, mas sobretudo pelas interrogações a que nos obrigam.

Perante uma caracterização geral, necessariamente grosseira em muitos dos seus aspectos (mesmo que se procurasse sofisticar

em termos de cruzamento de variáveis, testes estatísticos, etc), demasiado descritiva, mais sociográfica do que sociológica, somos despertados para a problematização de muitos dos elementos fornecidos, de que pode resultar a operacionalização de perguntas conducentes a investigações metodologicamente orientadas de forma diferente.

Perante o aparente formalismo organizacional das associações haverá que estudar as formas de funcionamento dos seus órgãos e descobrir outras formas de organização informal que certamente concorrem, ou mesmo se sobrepõem às primeiras. A análise de estatutos e regulamentos, em contraponto com a análise das práticas organizacionais e administrativas poderá oferecer resultados relevantes.

Em relação à direcção, que estilos são predominantes? Tais estilos variam de acordo com o tipo de actividades promovidas, a «idade» das associações, a composição social dos seus dirigentes e/ou associados? A localização geográfica das associações até que ponto é uma variável pertinente a ter em consideração para essa e outras questões?

Que funções administrativas são realizadas, por quem e de que formas? Existem elementos de carácter burocrático? Como se distribui o poder e a autoridade? Há lugar a uma divisão do trabalho associativo? Há lugar a processos de estratificação social com base em critérios internos, próprios de cada associação?

Quanto ao presidente de direcção seria de explorar as eventuais relações existentes entre a sua idade, sexo, e posição social, por exemplo, com os respectivos tipos de associações, actividades desenvolvidas, meio em que se integra, objectivos que assume, etc. Quais as concepções de associativismo dos presidentes de direcção e como se distribuem? Será o cargo de presidente um cargo de consagração, algumas vezes de carácter honorífico, ou é assumido como instrumento de liderança e de mobilização dentro das associações?

Em relação à participação das mulheres haveria que procurar identificar os contextos que lhe são propícios, as áreas de actividade associativa que eventualmente ocupam mais frequentemente. A participação das mulheres é maior nos meios urbanos? Quais as posições sociais das mulheres participantes? Constituirão elas uma elite? Será que o movimento associativo, em certos casos se limita a reproduzir certos tipos de estruturas sociais?

No que concerne à juventude é importante estudar as suas formas de participação associativa e os tipos de associações e de associativismo em que mais se concentra essa participação. Os

87

actuais modelos de participação associativa são adequados aos interesses e motivações da juventude, do seu próprio ponto de vista? As estruturas dirigentes são permeáveis à participação dos jovens? Em que graus e em que circunstâncias?

Em geral, qual a participação e a vivência democrática nos diferentes tipos de associações? Como decorrem os processos eleitorais, a apresentação de listas e programas? É reproduzido o modelo político ou existem outros modelos? A concorrência entre diferentes listas é frequente? Como se distribui? É marcada por diferentes concepções e projectos associativos? Como são representadas as situações de conflito político-partidário ou de outros tipos, a nível local, em termos de concorrência eleitoral?

Estas são algumas das questões que, estando completamente por esclarecer, exigirão investigações ulteriores, com recurso a metodologias capazes de contribuir para a apreensão de fenómenos complexos, raramente apreensíveis em termos imediatos.

Os questionários do tipo inquérito e entrevista, por exemplo, ao centrarem a recolha de informação em alguns actores seleccionados privilegiam somente a expressão de certas perspectivas e de certas representações, procuram fixar situações dinâmicas em permanente evolução, inibem frequentemente a expressão de conflitos ou de posições divergentes, induzem mais facilmente o inquirido à produção de um discurso oficial, em representação da associação e em defesa do seu «bom nome» ou reputação. Em suma, embora importantes do ponto de vista descritivo, não nos oferecem tanta capacidade explicativa como outros recursos metodológicos.

Pensamos, sobretudo, em estudos com características etnográficas, estudo de casos, observação participante, ou mesmo em metodologias de investigação — acção e investigação participativa.

Neste sentido, um só estudo em profundidade, acompanhando, e mesmo vivenciando, o quotidiano de uma ou mais associações criteriosamente seleccionadas, participando nas suas reuniões e actividades, aprofundando o conhecimento dos respectivos meios sociais, analisando as suas práticas de intervenção, as suas formas de organização formal e informal, as suas estruturas sociais, etc., será provavelmente muito mais fecundo como contributo para um maior conhecimento e compreensão do associativismo.

O que se perde, eventualmente, em capacidade de generalização estatística e em amplitude, ganhar-se-á em profundidade, em termos de ensaio metodológico e de afinição de instrumentos de análise.

NOTAS

- 1 — Cf., a este propósito, a rubrica «Tradição e Mudança», in Licínio C. Lima **Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho**, Centro Cultural do Alto Minho, Viana do Castelo, 1986, pp. 11-15. Do ponto de vista histórico é muito interessante o trabalho de Costa Goodolphim (1.^a ed. de 1876): **A Associação**, Seara Nova, Lisboa, 1974.
- 2 — Alberto Melo escreveu que, em média, existirá uma associação popular para cada uma das quatro mil freguesias portuguesas (in **Adult Education in Portugal**, European Centre of Leisure and Education, Prague, 1983).
- 3 — Johan Norbeck, **Associações Populares para o Desenvolvimento**, Ministério da Educação /DGEA, Lisboa, 1983.
- 4 — Cf., por exemplo, Licínio C. Lima e Thord Erasmie, **Inquérito às Associações do Distrito de Braga** — Universidade do Minho, Unidade de Educação de Adultos, Braga, 1982; Licínio C. Lima, **Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho**, Centro Cultural do Alto Minho, Viana do Castelo, 1986.
- 5 — Cf., Licínio C. Lima e Amélia Vitória Sancho, «Formação de Dirigentes e Animadores Associativos», in **Forum**, n.º 3, (1988), pp. 50-60.
- 6 — Veja-se, em termos comparativos e a título de exemplo, o trabalho de José Baptista, Ilona Kovács e Conceição Lobo Antunes, **Uma Gestão Alternativa. Para uma Sociologia da Participação nas Organizações a Partir de uma Experiência Portuguesa**, Relógio D'Água, Lisboa, 1985.
- 7 — Para informação sobre os objectivos deste trabalho, formas de organização, metodologia e caracterização da amostra estudada cf. Licínio C. Lima e Amélia Vitória Sancho, op. cit., pp. 50-54.

